

## O Programa Polis como impulsionador da regeneração urbana

**Pestana, Cândida<sup>1</sup>; Pinto-Leite, José<sup>1</sup>; Marques, Nuno<sup>2</sup>**

1- Gabinete Coordenador do Programa Polis - Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional. Rua de “O Século”, 51 – 3º. 1200- 433 Lisboa. Portugal. E-mail; programa.polis@polis.maotdr.gov.pt

2 - Parque Expo’98 S.A. – Av. D. João II, Lote 1.07.2.1, 1998-014 Lisboa

### **Resumo:**

Nas últimas décadas do século XX , em resultado do processo de evolução e de desenvolvimento, assistiu-se em Portugal à expansão desqualificada das cidades, arrastando um vasto conjunto de problemáticas próprias desse processo. Reconhecida a importância em combatê-los, foi criado em 2000 o Programa Polis que constituiu uma estratégia de intervenção assente na requalificação urbana e valorização ambiental que veio alterar, transformar e “criar” cidade, gerando mudança e fomentando, na opinião pública, o interesse pelo bem comum e pelo território.

Apresentam-se os traços gerais da operacionalização do Programa, os principais indicadores físicos e as práticas transversais em algumas das experiências e resultados efectivos. Numa última parte, apresentam-se os novos desafios e as abordagens que, já em pleno século XXI, se têm vindo a colocar no processo de “pensar” as cidades, com base na experiência da Parque EXPO, que protagonizou a revitalização da zona oriental da cidade de Lisboa e geriu várias intervenções do Programa Polis.

### **Introdução**

Portugal é um país pequeno e relativamente periférico no contexto da União Europeia o que representa uma conjugação de factores que não favorece o desenvolvimento de estratégias autónomas, capazes de condicionar ou pelo menos amortecer os efeitos da evolução internacional. Durante séculos o país viveu virado para o mar, com algumas zonas ribeirinhas bem desenvolvidas mantendo o restante território uma estrutura essencialmente rural e quase feudal.

O empobrecimento das zonas agrícolas e a falta de perspectivas de desenvolvimento, levaram a que, nas décadas de 50 e 60, se tenham verificado fluxos migratórios muito significativos que alteraram profundamente a estrutura de ocupação do território, produzindo fenómenos de litoralização da ocupação humana e de desertificação dos povoamentos interiores.

Na década de 70, os efeitos deste êxodo rural começaram a ser visíveis: por um lado o abandono e a consequente degradação dos campos, aldeias e vilas e, por outro, o crescimento desordenado e desqualificado de manchas suburbanas na periferia das cidades, sobretudo da cidade de Lisboa.

A instabilidade da população residente é acentuada com o regresso de cerca de meio milhão de pessoas das ex-colónias em 1974/75, mas que, no entanto, acabou por contrabalançar o efeito da emigração portuguesa, dirigida sobretudo aos países da Europa, nas décadas anteriores.

Procurando combater o gravíssimo problema de falta de habitação, assistiu-se então na década de 70 à proliferação de áreas urbanas de génese ilegal (barracas e outras construções clandestinas), algumas das quais subsistem até à actualidade. Muitos dos processos de realojamento, entretanto conduzidos, promoveram a construção de bairros pouco integrados no espaço urbano, quer em termos de sociabilidade, quer em termos da sua reduzida qualidade urbanística, o que, conseqüentemente, traz, por associação, problemas de marginalização e exclusão social.

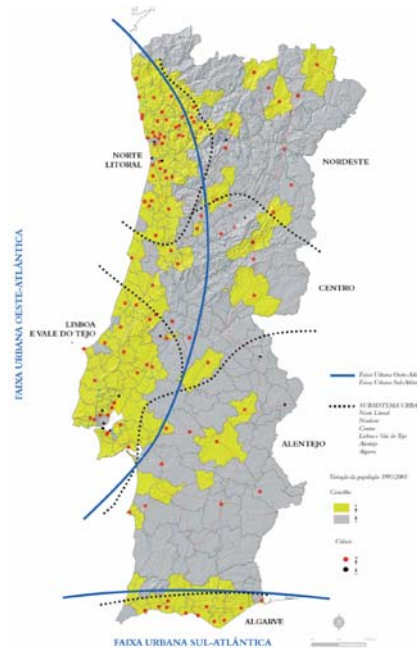
Na década de 80 ocorre alguma estabilidade na população residente e desde a década de 90 observa-se uma inversão do fluxo migratório, passando Portugal a ser um país de acolhimento de novas comunidades imigrantes (PNPOT, 2007).

No entanto, em face do atraso acumulado ao longo de décadas, do crescimento económico acelerado no final dos anos 80, e na ausência de planeamento, a prioridade das políticas públicas dirigiu-se apenas para a habitação e construção de infra-estruturas básicas mínimas, deixando-se muitas vezes para segundo plano a organização do território.

De uma avaliação feita nos finais da década de 90 relativa às dinâmicas territoriais e de articulação interna, resultou a identificação de seis sistemas urbanos regionais inseridos

no sistema urbano nacional (DGOTDU, 1997), que está traduzido no mapa que se apresenta.

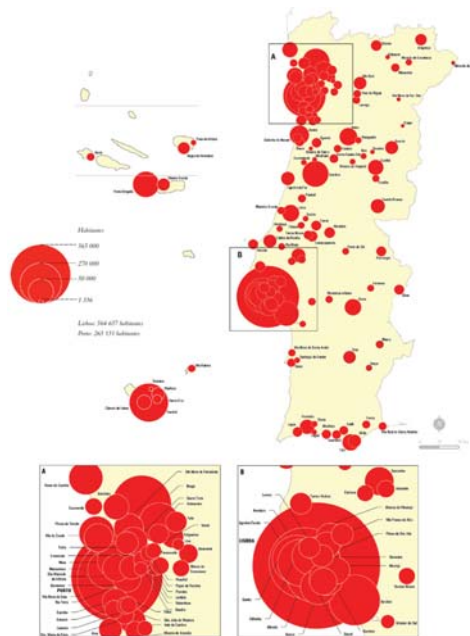
Figura 1 - Sistema urbano nacional (fonte: Atlas de Portugal) <http://www.igeo.pt/atlas/>



Entre as áreas metropolitanas da cidade do Porto e a cidade de Lisboa desenvolve-se a *Faixa Urbana Oeste-Atlântica*, que engloba todas as principais cidades do país desde a foz do rio Sado à foz do rio. No Sul, a rede de cidades algarvias corresponde à *Faixa Urbana Sul-Atlântica*. O restante território - *Espaço Interior* – é pontuado por uma matriz de pequenas e médias cidades, organizada, nalguns casos, em subsistemas urbanos com relevância regional e mesmo supra regional (Pires Soares).

Chega-se então a uma situação em que, apesar de no território nacional existirem 141 cidades, 39% da população portuguesa está concentrada nas áreas metropolitanas de Lisboa e no Porto. As restantes cidades comportam um valor médio populacional de cerca de 29 000 habitantes (Pires Soares). A distribuição da população pelas cidades portuguesas está representada na figura 2.

Figura 2- População residente nas cidades, 2001 (fonte: Atlas de Portugal) <http://www.igeo.pt/atlas/>



### Da Cidade ao Polis

As cidades, como sistemas complexos que são (agregam diferentes espaços, funções, pessoas), sofrem, com mais ou menos intensidade, de um vasto conjunto de problemas urbanos interligados e que interagem entre si. Embora com especificidade próprias, os problemas das cidades são de certa forma comuns e estão bem identificados (Felix Ribeiro, 1999).

.A dispersão territorial e a urbanização extensiva desqualificadas conduziram, frequentemente, ao crescimento não planeado das periferias e, por isso, à intensificação das extensões suburbanas. Com elas, surgem bairros demasiados densos, deficientemente infra-estruturados e com fracas condições de vivência urbana. Associados a esta questão surgem fenómenos de desarticulação urbana, com uma deficiente conectividade interna e com consequências negativas em termos da qualidade de vida das populações.

A perda de identidade e descaracterização do espaço urbano, sobretudo devido à “falta de respeito” pelas pré-existências em termos de desenho e construção (opções arquitectónicas, imagem urbana, cérceas, densidades construtivas) é um outro problema comum. Sobretudo nos anos 80, assistiu-se a uma tendência de valorização da nova

construção, em detrimento da reabilitação do edificado, como forma de evolução da cidade e de promoção da modernidade e, também, como resposta à forte procura de habitação. Este modelo, actualmente em falência, conduziu à proliferação, pelos tecidos urbanos, de edifícios com características dissonantes, muitos dos quais com baixa qualidade arquitectónica e construtiva.

Frequentes são também os fenómenos provocados nas cidades pela especulação imobiliária. A procura de habitação, em determinadas áreas da cidade, sendo significativa originou valores especulativos. Este facto contribui igualmente para a proliferação de construção recente, a preços mais acessíveis, nas periferias das cidades e, desta forma, para o contínuo desenvolvimento de algumas das problemáticas urbanas anteriormente mencionadas.

Reflectindo a especulação imobiliária e também a incapacidade de resposta por parte dos diferentes actores locais às novas necessidades da vida actual, o esvaziamento e a perda do carácter multifuncional dos centros históricos ou tradicionais (“efeito donut” das cidades no século XX) vieram traduzir-se, em termos de densidade populacional, na perda da função residencial e, por isso, no despovoamento dos centros urbanos e em fenómeno paralelos de terciarização e de degradação.

Por associação a este último, aponta-se a degradação do património edificado (com consequências ao nível da segurança, das condições de vida dos residentes e dos utilizadores), resultado mais visível das opções anteriores do regime de arrendamento urbano, que não acautelou medidas para a conservação dos imóveis. Esta degradação é patente, também, em áreas urbanas que se tornaram, em termos funcionais e físicos, obsoletas e desqualificadas.

A perda de coesão e legibilidade urbana é outro dos problemas que marcaram as cidades portuguesas no final do século XX, com tradução directa na degradação da paisagem urbana fortalecida pela diminuição dos espaços verdes e outros de utilização colectiva, também desvirtuados pela proliferação do transporte individual privado.

Uma das problemáticas clássicas do meio urbano é a deficiente mobilidade, nomeadamente devido à ausência de uma rede de transportes públicos colectivos eficiente, ao excesso de tráfego automóvel e à desadequação da malha urbana às

necessidades entretanto geradas. As cidades não estão igualmente preparadas para garantir uma adequada mobilidade do peão e das pessoas com mobilidade reduzida.

Devido à elevada concentração de pessoas e actividades, o meio urbano apresenta usualmente problemas de desqualificação ambiental, com consequências mais ou menos negativas para a qualidade de vida das populações. A poluição atmosférica e sonora, a degradação e delapidação dos recursos naturais devido ao crescimento dos aglomerados (rios, áreas verdes, ...) e a produção massiva de resíduos são algumas das questões ambientais mais comuns.

Nos final dos anos 90, o crescimento económico significativo que levou à melhoria das condições de vida dos portugueses, por um lado e a reabilitação da zona oriental da cidade de Lisboa para a realização da Exposição Mundial de Lisboa, por outro, criaram condições para o desenvolvimento de uma consciência crítica por parte do cidadãos que se tornaram mais exigentes relativamente à qualidade do espaço que os rodeia.

Nessa altura já as questões do ambiente urbano e da sustentabilidade das cidades, que surgem com maior ênfase após a conferência do Rio em 1992 (IPAM, 1993) e resultam também – a nível Europeu – da publicação do *Livro Verde do Ambiente Urbano* (CCE, 1990) e da sua tradução nas preocupações expressas no *5º Programa de Ambiente da Comissão Europeia* (CCE, 1993), estavam na ordem do dia. Estas reflexões conduziram à necessidade de estabelecer novas políticas de intervenção tanto a nível global, como a nível local orientadas para a articulação entre a protecção e valorização ambiental do território e o ordenamento urbano, numa óptica de desenvolvimento sustentável.

O Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social ((MEPAT, 1998) veio, ao encontro desta corrente, reforçando a necessidade de desenvolver acções prioritárias no domínio do ambiente urbano, dirigidas, entre outras, à melhoria da qualidade ambiental e social dos espaços urbanos.

A necessidade de intervir nas cidade ia assim muito além da simples gestão urbanística, e integra as questões ambientais, da sustentabilidade e do planeamento, devendo ainda considerar uma dimensão estratégica na procura da redefinição do papel de cada cidade na nova organização do território (Correia *et al.*, 2000).

Neste enquadramento, o Governo reconheceu a necessidade de promover uma política de cidades com o principal objectivo de reforçar o sistema da rede urbana de cidades médias em Portugal.

É nesse sentido que, em 2000, o Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território aprova o Programa Polis. Os seus pressupostos de base assentaram, naturalmente, nas especificidades da realidade portuguesa, mas também em antecedentes a nível comunitário conforme refere o Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário (EDEC, 1997) que, para os “objectivos e opções de política para o território europeu”, define a necessidade de criar um “sistema mais equilibrado e policêntrico de cidades e de uma nova relação entre as cidades e o mundo rural”.

Refere a Resolução de Conselho de Ministros nº26/2000 que publica o Programa Polis, que “(...) não pode deixar de se dar grande relevância ao papel estratégico que as cidades assumem na reorganização do território e à importância que a qualidade do ambiente e a correcção de erros urbanísticos têm para a afirmação desse papel estratégico.”

## **O Programa Polis**

O Programa Polis foi criado dando corpo às orientações estratégicas nacionais e comunitárias em matéria de requalificação do território. Este programa tem assim tendo como principal objectivo a melhoria da qualidade de vida nas cidades, através da realização de operações de requalificação fortemente ancoradas em aspectos ambientais e/ou patrimoniais, desenvolvidas com base em parcerias entre as autarquias locais e a administração central (Correia et. al., 2000)

Não podendo, nem pretendendo, ser um instrumento para resolver todos os problemas ambientais e urbanísticos que das cidades portuguesas, o Polis foi concebido para ter um efeito demonstrativo daquilo que é possível alterar no panorama ambiental e urbanístico das cidades melhorando, simultaneamente, a atractividade e competitividade dos pólos urbanos que constituem, cada vez mais, o motor de desenvolvimento local e regional, consolidando e reforçando o Sistema Urbano Nacional.

Enquadrando uma série de iniciativas que foram consideradas exemplares o Programa Polis teve como objectivos específicos (Correia *et al.*, 2000):

- Desenvolver grandes operações integradas de requalificação urbana com uma forte componente de valorização ambiental;
- Desenvolver acções que contribuíssem para a requalificação e revitalização de centros urbanos, que promovessem a multi-funcionalidade desses centros e que reforçassem o seu papel na região em que se inserem;
- Apoiar outras acções de requalificação que permitissem melhorar a qualidade do ambiente urbano e valorizar a presença de elementos ambientais estruturantes tais como frentes de rio ou de costa;
- Apoiar iniciativas que visassem aumentar as zonas verdes, promover áreas pedonais e condicionar o trânsito automóvel em centros urbanos.

A estrutura do Programa Polis assenta em quatro componentes, apresentadas na figura 3, correspondendo a sua principal componente – a componente 1 – a grandes intervenções integradas de recuperação urbana e ambiental. As intervenções desta componente envolveram diversas tipologias de acção que foram desenvolvidas de forma articulada e pretenderam ser mobilizadoras da população da cidade em torno da sua execução. Foi opção do Programa Polis concentrar num número relativamente pequeno de cidades o investimento a realizar, dando assim dimensão às intervenções a desenvolver em cada núcleo e potenciando o seu efeito demonstrativo.



Figura 3 –componentes do Programa Polis e suas características (adaptado de Correia *et al.*, 2000)

<b>Componentes</b>	<b>Linhas de Intervenção</b>	<b>Características</b>
<b>Componente 1</b> Operações Integradas de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental	<b>Linha 1</b> Intervenções identificadas pela sua relevância e natureza exemplar	Intervenções integradas e multifacetadas, com uma escala significativa, que contribuíram para a revitalização de cidades com importância estratégica no Sistema Urbano Nacional, ou para a valorização de novas polaridades em áreas metropolitanas. Exigia-se que fossem contempladas algumas ou todas as vertentes das Cidades Verdes, Digitais, do Conhecimento do Entretenimento e Intergeracionais
<b>Componente 2</b> Intervenções em Cidades com Áreas Classificadas como Património Mundial		Intervenções realizadas nas áreas classificadas pela UNESCO nas cidades de Angra do Heroísmo, Évora, Guimarães, Sintra e Porto que tiveram como objectivo melhorar a qualidade do ambiente urbano dessas áreas.
<b>Componente 3</b> Valorização Urbanística e Ambiental em Áreas de Realojamento		Intervenções nos espaços públicos envolventes de habitações construídas no âmbito de processos de realojamento realizados com o apoio da Administração Central.
<b>Componente 4</b> Medidas Complementares para Melhorar as Condições Urbanísticas e Ambientais das Cidades	<b>Linha 1</b> Apoio a novas formas de mobilidade no espaço urbano	Iniciativas que visavam retirar os automóveis dos centros urbanos, restringir a circulação, estimular a utilização de transportes colectivos e promover novos meios de acesso e circulação, nomeadamente vias pedonais e ciclovias
	<b>Linha 2</b> Apoio à instalação de sistemas de informação e gestão ambiental	Projectos que contribuam para uma melhor caracterização e gestão do ambiente urbano, nomeadamente a monitorização de variáveis ambientais, sistemas de recolha selectiva de resíduos, reutilização da água e medidas para a utilização racional de recursos naturais.
	<b>Linha 3</b> Apoio à valorização urbanística e ambiental na envolvente de estabelecimentos de ensino	Intervenções de requalificação ambiental e urbanística do espaço público envolvente de estabelecimentos de ensino.
	<b>Linha 4</b> Apoio a acções de educação ambiental no espaço urbano	Promoção da consciência ambiental dos cidadãos e aumento da sua participação na vida da cidade, com destaque para as questões do ambiente urbano, em geral associada à realização de iniciativas de requalificação.
	<b>Linha 5</b> Apoio a outras acções com impacte positivo na qualidade da vida urbana	Acções que pela sua natureza ou dimensão não se enquadrem nas componentes e linhas anteriores, mas que visem melhorar a qualidade da vida urbana, especialmente nas suas vertentes urbanística e ambiental

Assim, numa primeira fase e para a componente 1, foram pré-definidas 18 intervenções de forma a satisfazer um conjunto de situações consideradas particularmente relevantes e demonstrativas. Posteriormente, através de concurso nacional, foram seleccionadas 10 outras intervenções. A selecção de todos estes projectos teve por base:

- A análise da sua relevância para o reforço do Sistema Urbano Nacional;
- A contribuição para a satisfação dos desígnios gerais do Programa, nomeadamente a criação de cidades verdes, cidades digitais, cidades do conhecimento e do entretenimento e cidades intergeracionais (Félix Ribeiro, 1999);
- O carácter demonstrativo das acções propostas

- A Inclusão pelo menos uma das tipologia de situações consideradas particularmente relevantes para a reabilitação das cidades portuguesas, designadamente
  - a requalificação de zonas industriais que foram abandonadas ou estão deprimidas;
  - a criação de novas polaridades em áreas metropolitanas;
  - a valorização de frentes de mar ou de zonas ribeirinhas;
  - a valorização de património histórico ou natural e sua reintegração na cidade;
  - a requalificação de cidades de média dimensão com força económica mas com uma vida urbana de pouca qualidade;
  - a valorização de cidades do interior ou raianas que podem constituir potenciais pólos de desenvolvimento regional;
- O grau de amadurecimento das intervenções propostas pelo município e a sua inserção numa estratégia global da cidade.

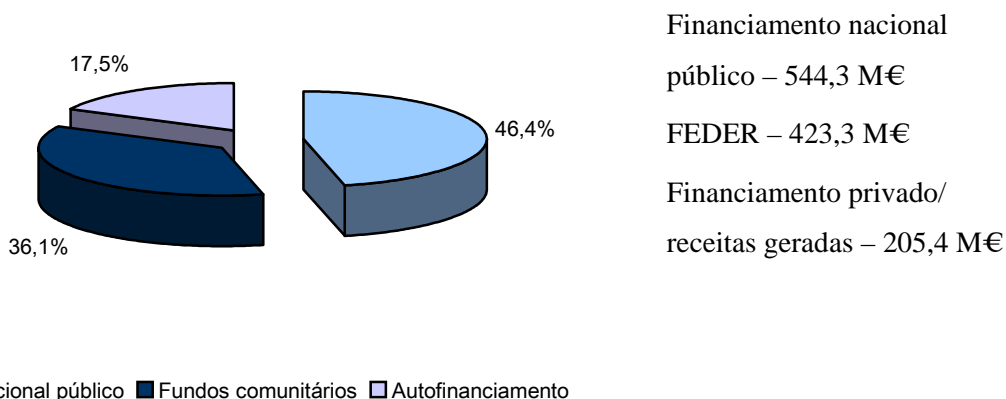
Figura 4 – distribuição da intervenções Polis no território nacional



No conjunto das suas componentes, no âmbito do Programa Polis foram desenvolvidas 40 intervenções em 39 cidades distribuídas pelo continente e ilhas que envolveram um investimento total directo de cerca de 1,173 mil milhões de euros. Este investimento foi financiado principalmente por fundos públicos, sendo que os

fundos estruturais europeus contribuíram com cerca de 36% do montante total investido. A figura 5 apresenta a estrutura do financiamento do Programa Polis no seu global, incluindo tanto as intervenções da componente 1, como as das restantes componentes.

Figura 5 – Distribuição do financiamento do Programa Polis



O financiamento nacional público do Programa Polis foi distribuído entre o Estado (27% do total do financiamento) e os municípios (19,2%), na perspectiva da partilha das responsabilidades na requalificação do território das cidades e reflectindo a parceria estabelecida para a implementação do Polis.

### A Implementação do Programa Polis

Para cada projecto Polis seleccionados no âmbito da componente 1, e uma vez estabelecido o território de actuação através da definição da uma área de intervenção, procuraram-se as âncoras ambientais ou patrimoniais em torno das quais foi desenvolvida uma estratégia da intervenção que foi, por sua vez, vertida num *Plano Estratégico da Intervenção*. Estes documentos, que incluíam os objectivos da intervenção, o elenco das acções a desenvolver, o calendário para a sua execução e os custos associados, foram desenvolvidos pelo Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território em articulação com os município abrangidos, com apoio técnico da Parque Expo´98, aproveitando a experiência desta empresa no maior projecto de requalificação urbana até à data realizado em Portugal: a requalificação da zona oriental da cidade de Lisboa para a EXPO´98.

A concretização da estratégia desenhada para cada cidade, foi feita tendo por base uma abordagem partilhada envolvendo uma parceria entre as entidades locais e centrais, através de criação de sociedades anónimas tendo como accionistas o Estado e o Município respectivo. O *Plano Estratégico da Intervenção* assume-se como objecto

social da sociedade Polis que se extingue automaticamente após o período definido para a conclusão do projecto.

As sociedades Polis são sociedades veiculo dotadas de poderes excepcionais conferidos por lei, nomeadamente no que diz respeito à possibilidade de agirem como entidade expropriante dos imóveis necessários à concretização da estratégia definida, assim como de possuírem poderes no âmbito do ordenamento do território e urbanismo.

Estas sociedades possuíam um quadro de pessoal muito reduzido uma vez que a gestão foi atribuída a empresas de gestão de projecto, assegurando assim uma gestão profissionalizada das intervenções, e funcionando as sociedades Polis sobretudo como instancias de decisão, onde o Estado e o Município respectivo, representados ambos nos Conselhos de Administração, faziam valer os seus pontos de vista no desenvolvimento dos projectos.

No entanto, este modelo só se justifica nos casos em que a estratégia definida ultrapassa largamente a capacidade de resposta da autarquia, tendo sido aplicado apenas em 22 das intervenções da componente 1. Nos restantes casos, as intervenções não tinham dimensão que justificasse os custos da criação de sociedades dedicadas à sua implementação, e os projectos de menor dimensão física e financeira foram desenvolvidos directamente pelas autarquias, financiados através do orçamento do MAOTDR.

Aproveitando o know-how da Parque Expo'98 na gestão de intervenções integradas, o Ministério optou por atribuir directamente a esta empresa a gestão de 10 das sociedades Polis, sendo que as restantes 12 sociedades foram geridas por outras empresas privadas, seleccionadas através de concurso publico.

Às equipas gestão coube assegurar que os orçamentos inicialmente estabelecidos não eram ultrapassados, o que obrigou a um exercício constante de reprogramação física e financeira à medida que os trabalhos avançavam, de forma a conter os custos com a execução das empreitadas sem comprometer os objectivos estratégicos da intervenção.

Também no que respeita aos prazos fixados para a execução do Programa, cabia às sociedades Polis e respectivas equipas de gestão garantir o seu cumprimento, tendo inclusivamente sido instalado um relógio em contagem decrescente em cada cidade onde existia uma intervenção Polis.

Este aspecto foi mais difícil de cumprir, tendo-se verificado que os prazos inicialmente estabelecidos se revelaram, na maior parte dos casos, demasiado optimistas, sobretudo considerando que parte dos projectos incidia na malha urbana consolidada, havendo a necessidade de articular os diversos interesses em presença no território. Ainda assim, a execução do Polis acompanhou a execução do terceiro quadro comunitário de apoio, tendo a maior parte dos trabalhos ficado concluídos no final de 2008, ou seja com um atraso de cerca de 2 anos face ao inicialmente previsto.

Cabe aqui destacar ainda alguns outros aspectos que foram considerados inovadores no desenvolvimento deste programa, não pela sua natureza mas pela forma estruturada com que foram desenvolvidos, como por exemplo a relevância dada à participação dos cidadãos e ao seu envolvimento no desenvolvimento dos projectos.

A aposta na participação pública envolveu a elaboração e implementação de uma estratégia de comunicação, que incluía a existência de um posto de informação permanente, a realização de acções de sensibilização, a produção de folhetos informativos e spots de rádio, a realização de sessões de esclarecimento e de inúmeras reuniões com a população afectada pelo projecto, e a criação de comissões locais de acompanhamento que reuniam as forças vivas da cidade. Todas estas acções encorajaram a participação formal ou informal da população na construção dos projectos Polis.

### **Programa Polis - Experiências e resultados**

Com base na experiência adquirida com a operação da EXPO' 98 e com a requalificação na zona oriental de Lisboa, na altura já em curso (consequência da oportunidade de "fazer cidade" por via daquela exposição internacional), a Parque EXPO, por incumbência do Estado, ficou responsável pela definição da estratégia da intervenção em 18 cidades - elaboração dos respectivos Planos

Estratégicos - e pela implementação e gestão das intervenções em 10 destas cidades - Albufeira, Cacém, Castelo Branco, Coimbra, Costa de Caparica, Gaia, Leiria, Matosinhos, Viana do Castelo e Viseu - integrando cada uma das Sociedades Polis criadas para esse efeito.

Apostando fortemente na criação de “modelos de cidade”, o Programa Polis tinha como denominador comum **a requalificação urbana e a valorização ambiental** com o objectivo primordial de promover a qualidade de vida nesses territórios. Privilegiaram-se os territórios onde as operações a desenvolver pudessem estar ancoradas em elementos marcantes e estruturais das cidades com capacidade para serem motores de um fenómeno de contaminação positiva do resto do tecido urbano (linhas de água, frentes marítimas urbanas, espaços públicos).

Pode dizer-se que a requalificação dos espaços de utilização colectiva e a valorização dos centros históricos norteou grande parte das intervenções do Programa Polis, apresentando-se, agora, algumas experiências e práticas transversais a várias cidades cujos resultados destas intervenções estão já à vista, designadamente:

- “Reposicionamento regional” das cidades no território nacional;
- Criação de uma rede de espaços públicos de referência em função da existência do elemento água como elemento estruturante;
- Valorização dos cascos históricos urbanos;
- Reforço da estrutura ecológica urbana;
- Optimização dos sistemas de conectividade urbana interna;
- Criação de âncoras funcionais.

#### *“REPOSICIONAMENTO REGIONAL” DAS CIDADES NO TERRITÓRIO NACIONAL*

Um dos objectivos das intervenções Polis consistiu na recuperação do protagonismo das cidades médias no sistema urbano nacional, atribuindo-lhes posições de pólos regionais e minimizando tendências desagregadoras. Este objectivo não se materializou em acções concretas, mas teve tradução nas várias acções que, no conjunto, lhes conferiram maiores níveis competitivos e de qualidade.

Em Portalegre destaca-se o objectivo estratégico de promover o “ressurgimento” ou o fortalecimento da sua importância no contexto das cidades internas de média dimensão, como prestador de bens e serviços do Norte Alentejano.

Em Castelo Branco pretendeu-se promover o reforço do seu papel no sistema urbano nacional da região centro e no espaço transfronteiriço, constituindo-o como centro administrativo e industrial e valorizando as complementaridades com os restantes centros sub-regionais.

Em Coimbra pretendeu-se promover a revitalização da cidade como centro urbano relevante na estruturação do sistema urbano nacional, atenuando o impacto induzido na região pelas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto.

*CRIAÇÃO DE UMA REDE DE ESPAÇOS PÚBLICOS DE REFERÊNCIA EM FUNÇÃO DA EXISTÊNCIA DO ELEMENTO ÁGUA COMO ELEMENTO ESTRUTURANTE*

Em algumas das cidades, as frentes ribeirinhas ou marítimas, pelo valor paisagístico e pela importância histórica e identitária que detém, constituíram elementos de referência, de carácter diferenciador, cuja necessidade de valorizar foi identificada como uma linha estruturante do Programa Polis. Procurou-se, assim, incrementar a sua qualidade paisagística (melhorando os parâmetros ambientais presentes e encontrando a simbiose possível entre a tecnologia e a natureza) e integrá-los na vivência urbana através do desenvolvimento do seu carácter lúdico. O reforço da conectividade entre as margens dos rios, através da melhoria do seu atravessamento, foi um dos aspectos contemplados.

Em Coimbra, o objectivo da intervenção prendeu-se com a assunção do rio Mondego como elemento central do território, com uma função crucial na ligação entre partes distintas da cidade e até mesmo como motor de revitalização do centro. As acções implementadas passaram pela construção de um parque verde multifuncional (numa moderna acepção de parque urbano, vivido e utilizado, destinado a promover a animação, o recreio e o desporto), que contemplou um rigoroso tratamento paisagístico das margens do rio (aproveitando a arborização existente e criando amplos relvados). O estreitamento da relação entre as margens do rio foi outro dos aspectos considerados, sendo que, para tal, foi construída uma ponte pedonal e ciclável – a Ponte Pedro e Inês.

Em Leiria apostou-se igualmente na valorização do rio – o rio Lis, através da recuperação ambiental das suas margens. Foram construídas pontes pedonais temáticas, percursos pedonais e cicláveis ao longo do rio e foi ainda requalificado o espaço público e as praças na envolvente, através do estabelecimento de zonas verdes de estadia, recreio e lazer. Estas acções pretenderam reforçar o carácter lúdico do rio e integrá-lo na vivência urbana.

Em Matosinhos, por sua vez, foi dada primazia à requalificação urbana e ambiental da zona costeira Sul, através da recuperação e reconversão da antiga área industrial em espaço público de qualidade, que compreendeu, entre outras medidas, a definição de novos perfis de arruamento e plataformas arborizadas para peões.

As intervenções em Gaia, Albufeira e Costa da Caparica são também emblemáticas deste esforço. Destaca-se a valorização da frente ribeirinha e a requalificação das suas frentes marítimas.

#### *VALORIZAÇÃO DOS CASCOS HISTÓRICOS URBANOS*

Os centros históricos são áreas urbanas de excelência, emblemáticas e identitárias de todo o espaço urbano e de valor histórico patrimonial “irrepetível” e incomparável. Contudo, são estes territórios nucleares que revelam (ainda) os principais efeitos dos problemas urbanos identificados no século passado, apresentando graves problemas de desvitalização, de perda do seu tradicional carácter multifuncional e de despovoamento residencial. Assim, no âmbito do Programa Polis, os centros históricos foram alvo de várias intervenções. Parte das acções incidiram na regeneração, reconstrução e valorização do espaço público e, sempre que possível, do património classificado e edificado, na colmatação de “rupturas patrimoniais” ou (com foco nas funcionalidades viárias) fomentando a utilização pedonal e criando, paralelamente, alternativas para a circulação e estacionamento dos veículos automóveis.

Neste sentido, em Viseu, Leiria e Viana do Castelo registou-se, no âmbito do programa Polis, o incremento e a requalificação das áreas pedonais, como forma de valorização e requalificação dos seus centros históricos e sua “devolução” à população. Paralelamente, a sinalética, o mobiliário e os equipamentos urbanos foram melhorados e uniformizados.



Em Viana do Castelo houve ainda preocupações ao nível do estabelecimento de critérios e prioridades para a recuperação dos edifícios e dos espaços públicos e regulamentação dos parâmetros urbanos.

#### *REFORÇO DA ESTRUTURA ECOLÓGICA URBANA*

Na política Polis, o ambiente natural e paisagístico sobressaiu como marca distintiva, assumido como elemento essencial da nova forma de viver as cidades. Assim, a criação de novos espaços verdes – jardins e parques urbanos, que promovem a interligação com áreas verdes pré-existentes e constituam redes estruturantes foi, em grande parte dos casos, proposta prioritária, essencial para a melhoria do ambiente urbano e para o fortalecimento da atractividade das cidades.

Em Viana do Castelo, as acções tiveram como objectivo valorizar a proximidade dos três ecossistemas naturais existentes (mar, rio e serra) e realizar o seu cruzamento com a cidade. Para tal, entre outras medidas propôs-se a construção de um circuito interpretativo ambiental de ligação dos vários territórios.

Nos casos de Portalegre e Castelo Branco, procedeu-se à requalificação dos jardins existentes, integrando-os nos planos da estrutura verde de cada uma das cidades.

Por sua vez, Viseu foi alvo de acções de promoção e valorização ambiental da envolvente do rio Paiva, através da criação de um parque linear, ligado em rede com os dois novos parques urbanos, dando, assim, continuidade à estrutura verde da cidade.

A intervenção na Ribeira das Jardas - Cacém - promoveu o reforço da estrutura ecológica, quer por via da transformação desse elemento estruturante do território, altamente desqualificado, quer pela criação de uma estrutura verde que permitiu aproximar e integrar com maior equilíbrio, a vivência e a paisagem urbanas.

#### *OPTIMIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE CONECTIVIDADE URBANA INTERNA*

Transversal a todas as intervenções, o reforço da mobilidade (particularmente dos modos mais sustentáveis) foi contemplado em todas as intervenções, dado o seu papel estruturante para o funcionamento da cidade. Neste campo, os objectivos centraram-se no reordenamento da rede viária e na criação de novas soluções de estacionamento (novos planos de circulação, passagens desniveladas, parques de estacionamento

subterrâneos), na criação de percursos pedonais e cicláveis (novas vias e novos passeios) e na promoção da utilização de modos de transporte colectivo favoráveis ao meio ambiente (funiculares, elevadores, veículos eléctricos), pensando nas pessoas e assumindo o princípio de “afastar os automóveis das cidades, sem afastar as pessoas”.

Em Castelo Branco procedeu-se à reestruturação da rede viária no centro histórico, com o intuito de permitir a libertação de espaços de maior valor patrimonial do trânsito automóvel e promover a sua interligação com o centro cívico. Os circuitos pedonais existentes foram beneficiados, de modo a permitir uma maior conectividade entre os vários espaços da cidade. Ainda neste âmbito, foram construídos parques de estacionamento dissuasores, com o objectivo de incrementar o espaço de fruição pedonal.

Em Viana do Castelo as acções procuraram diminuir a circulação automóvel no centro histórico e, ao mesmo tempo, alargar e consolidar a rede de circuitos pedonais.

Em Coimbra procedeu-se à construção de um sistema de elevação mecânica entre a zona alta e a zona baixa da cidade, de forma a resolver os problemas de relação funcional existentes entre estas duas áreas do centro histórico, e melhorar as acessibilidades na área central e ainda aliviar a pressão da presença excessiva do automóvel.

Em termos de conectividade urbana, o caso da intervenção no Cacém é paradigmática face à reformulação viária que sofreu, bem como o é a intervenção prevista para a Caparica, em termos de mobilidade pedonal e ciclável, para a qual se prevê a construção de um circuito de 8 Km da frente oceânica, de ligação entre a Trafaria e a Fonte da Telha.

#### *CRIAÇÃO DE ÂNCORAS FUNCIONAIS*

No âmbito do Programa Polis, a definição ou reforço de âncoras da cidade - equipamentos, espaços de excelência - que funcionassem como alavancas do processo de regeneração das dinâmicas da vida urbana, foi um aspecto amplamente contemplado.

Em Leiria, foi dada primazia à requalificação e refuncionalização da zona do Rossio, com base em intervenções no espaço público, que fomentassem a apropriação colectiva deste espaço de referência.

Em Castelo Branco definiu-se a constituição de uma ampla praça pedonal, de integração dos diversos espaços verdes e equipamentos de cultura, recreio e lazer.

Por sua vez, em Viseu, o recinto da feira de São Mateus foi considerado como palco de requalificação urbana e valorização ambiental, através da sua redefinição e recriação, dotando-o de equipamento urbano moderno e de um novo espaço multiusos.

Em Viana do Castelo foi definida, como uma das prioridades, a construção e integração paisagística do Parque da Cidade e respectiva dotação em equipamentos diversos para lazer.

Em termos de investimentos complementares, de iniciativa privada, destacam-se como âncoras funcionais, o Forum de Viseu, construído no âmbito do Programa Polis e a nova estação ferroviária da REFER (ainda em fase de projecto) prevista para o Cacém.

## **A Parque Expo e as cidades do século XXI**

### **- Novos desafios, novas abordagens**

As cidades do século XXI deixaram de ser as cidades do futuro, são as cidades de hoje e, por isso, a somar aos problemas urbanos identificados (podemos designá-los de problemas clássicos), somam-se novas problemáticas e, como tal, acrescem novos desafios, primeiro ao “desenho” das cidades e depois à sua gestão.

Nesse sentido, importa pensar as cidades de forma a promover a coexistência pacífica e enriquecedora de diferentes culturas e, deste modo, **promover a inter e a multiculturalidade.**

Por outro lado, com o aumento e democratização das práticas de turismo e de lazer, importa **promover o respeito pela identidade das cidades**, enquanto espaços de qualidade para quem as habita e para quem as visita, evitando os possíveis fenómenos de “*disneyficação*” ou da má “turistificação”.

No que diz respeito ao desenvolvimento e à diversificação dos meios de transporte e comunicação favoreceram os processos de integração das cidades em lógicas geográficas muito mais abrangentes, deverão, agora, ser pensadas enquanto **elementos integrantes de escalas globais.**

As cidades tornaram-se mais densas e rápidas no que respeita às relações e estilos de vida dos seus habitantes. O tempo é, cada vez mais, um bem limitado, favorecendo o isolamento social. Importa pensar as cidades procurando torná-las mais **adequadas aos novos ritmos e às novas necessidades sociais e culturais** de quem as vive.

Num mundo onde, apenas recentemente, se tomou consciência de que os recursos naturais, incluindo o próprio solo que as cidades gulosamente consomem, são escassos, importa pensar as cidades enquanto **territórios ambientalmente mais sustentáveis**.

No quadro dos objectivos estruturantes para essas estratégias de reinvenção do território, destacam-se os seguintes princípios orientadores:

#### *DEFINIR ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL*

Repensar os modelos de desenvolvimento locais e regionais tradicionais, de forma a encontrar novas soluções baseadas numa lógica de parceria, capazes de gerar sinergias com alcance e dimensão potenciadora de um desenvolvimento mais abrangente e sustentado e da promoção da competitividade das cidades, reforçando valências e atenuando desequilíbrios, num quadro de melhoria com benefícios claros para todos os parceiros envolvidos.

Uma cidade assenta, por definição, numa multiplicidade de interacções, mais ou menos complexas e de natureza consideravelmente distinta, entre conjuntos alargados de actores. A sua mobilização e o estabelecimento de relações de cooperação entre entidades propiciam a optimização de recursos necessários e a gestão eficiente dos projectos, bem como o aumento da capacidade de reprodução das próprias intervenções.

#### *FOMENTAR A PARTICIPAÇÃO CÍVICA, INTERCULTURALIDADE E O REFORÇO DA COESÃO SOCIAL*

Fomentar a participação cívica e o reforço da coesão social do território por via do aumento da atractividade das cidades, da melhoria de infra-estruturas, das redes de equipamentos suportadas em programas de política que permitam “contrariar” os desequilíbrios e as assimetrias territoriais.

Importa promover a “versatilidade” e multifuncionalidade do espaço urbano, por via da possibilidade da sua refuncionalização sucessiva e da possibilidade de promover diferentes tipos de apropriação. Concretamente, no que respeita ao espaço público, importa promover a valorização sociocultural por via da introdução de novas actividades e de novos “city users” (acções/manifestações efémeras de arte pública e

artes performativas, etc.), assim como encontrar espaços de integração que potenciam a vida em comunidade de modo a combater o isolamento social dos habitantes e a perda de valores comunitários de solidariedade.

*ADOPTAR ABORDAGENS INTEGRADAS DE INTERVENÇÃO - REFORÇO DA LÓGICA DE TERRITÓRIOS EM REDE*

Cada vez mais importa pensar na ideia de territórios articulados em rede, integrados territorialmente e capazes de partilhar recursos (cada vez mais escassos) e de explorar afinidades e complementaridades (territoriais, sectoriais, histórico-culturais...). Esta é uma nova forma de pensar o território, atribuindo-lhe uma nova e premente escala, que o dotará, num contexto de competitividade progressivamente crescente, de capacidade de afirmação necessária.

*PROMOVER A REVITALIZAÇÃO DOS CENTROS HISTÓRICOS TRADICIONAIS URBANOS*

Os centros das cidades, constituindo áreas de referência, sofrem de grande parte dos problemas já mencionados e, como tal, é fundamental fomentar a sua ocupação e criar novas condições para a fixação das pessoas e, com elas, das funções tradicionais (habitação, comércio e serviços), valorizando-os como elementos de identidade das cidades.

No entanto, intervir neste tipo de territórios impõe uma abordagem integrada, contempladora dos seus aspectos patrimoniais, ambientais e estéticos, mas também da vida que ainda existe e cujo reforço é obrigatório. Nesta lógica, as pessoas devem ser o centro de qualquer proposta de intervenção. Sendo a cidade delas e para elas, importa, compatibilizar os vários aspectos que lhes garantam uma qualidade de vida efectiva.

Assim, parece pertinente a definição clara de objectivos e estratégias a desenvolver, com base em planos e programas de acção específicos, de carácter estratégico que, sustentados por um conhecimento profundo dos valores patrimoniais, das condicionantes, do tipo de utilizadores, dos conflitos de uso, etc., encarem as áreas urbanas de uma forma integrada.

É também um desafio **encontrar os consensos e as parcerias que concretizem em tempo adequado, a estratégia e os projectos estruturantes da reinvenção do território.**

Hoje, a Parque Expo surge como um instrumento das políticas públicas de ambiente, de ordenamento do território e de desenvolvimento regional privilegiado para intervir no novo quadro da Política de Cidades POLIS XXI. Como empresa certificada nas áreas da

prospecção, concepção e gestão de projectos de renovação urbana e ambiental, aborda o território numa óptica de defesa e valorização do interesse público. Neste sentido, tem vindo a aprofundar os conhecimentos sobre o território, sobre as formas de actuação (estratégias e modelos de intervenção) e sobre as respectivas ferramentas operacionais (gestão de projectos).

No âmbito das operações de reabilitação e revitalização urbanas que tem vindo a desenvolver, a Parque Expo promove a valorização das vertentes ambientais, socioculturais e económicas, numa perspectiva integrada, sustentável e de promoção da qualidade de vida. Neste contexto, estuda, debate, reflecte e interage com a realidade e a vivência urbana (de cidades ou partes de cidades), num processo contínuo de reinvenção do território, no qual a intensa colaboração com os actores locais com entidades públicas e privadas, quer sejam de âmbito local, regional e nacional, constitui um pressuposto essencial.

Neste contexto, assume particular importância a demonstração da viabilidade e da compatibilidade das operações propostas, promovendo uma gestão integrada e concertada de todas as acções a implementar, que resulte na resposta adequada às necessidades dos territórios.

### **- Territórios em estudo**

No processo de (re)inventar os territórios, a Parque Expo coloca particular ênfase nas fases da cadeia de valor que se iniciam com a análise dos vectores determinantes da estratégia de desenvolvimento das cidades e a detecção de oportunidades e que incluem a caracterização do território, a definição do(s) conceito da(s) intervenção(ões) e dos respectivos princípios orientadores.

São diversos os tipos de território intervencionados - centros urbanos, áreas urbanas obsoletas, património público edificado, frentes de água e ainda novos territórios urbanos – bem como outros territórios (no sentido mais global do termo) como redes de cidades e regiões, sobre os quais aprofunda, de um ponto de vista conceptual e operacional, uma política de território.

As estratégias de intervenção preconizadas para os territórios em estudo, baseiam-se em operações de reabilitação e revitalização urbanas, operações de valorização,

qualificação e refuncionalização de património, requalificação ambiental e renaturalização, quer à escala urbana, quer à escala de desenvolvimento regional. Neste sentido, cada um dos tipos de território tem um conjunto de especificidades que influenciam as estratégias desenvolvidas e as acções implementadas.

Um dos territórios alvo corresponde aos **centros urbanos** (áreas urbanas consolidadas, centros históricos e áreas críticas), sobre os quais se desenvolvem documentos de enquadramento estratégico, que incidem, de forma integrada, nas vertentes económica, social e ambiental, no património edificado, espaço público, infra-estruturas ou outros domínios específicos, com vista à reabilitação e à revitalização das actividades de suporte à vida urbana.

Em Viseu, a Parque Expo desenvolveu um Estudo de Enquadramento Estratégico para Área Crítica de Reconversão Urbanística – ACRRU (a qual corresponde a uma área de 26 hectares que inclui o centro histórico da cidade), como suporte de uma operação de reabilitação urbana. Este estudo contribuiu para a definição das linhas de orientação estratégica, nas quais definiu a importância de integração da ACRRU na dinâmica da cidade, através, designadamente, da consolidação da estrutura verde, do reordenamento de tráfego, da recuperação de espaço público para o peão e da promoção de incentivos à recuperação do edificado.

Para o Centro Histórico de Évora, foi desenvolvido um Estudo de Enquadramento Estratégico centrado num processo de reabilitação, revitalização e crescimento que recuperasse o processo histórico que marca a vivência e a malha urbana desta cidade. Partindo de uma nova dinâmica de preservação e inovação, desenhou-se a afirmação do Centro Histórico como um território que se estende para lá das muralhas e que constitui elemento integrante do processo de desenvolvimento, consolidação e coerência da cidade de Évora e do fortalecimento do sistema urbano local. Nesse sentido, foi definido um conjunto de acções que visaram aproximar a “cidade intramuros” da “cidade extramuros”, dando corpo à perspectiva de que o fenómeno urbano de Évora é uno e que esta unidade deve ter uma tradução física, funcional e simbólica. Com esta visão, procurou dar-se resposta aos novos desafios que se colocam à cidade no quadro do papel que é chamada a desempenhar na concretização dos eixos e das prioridades de desenvolvimento do País e na construção de um sistema urbano nacional coerente e sustentável.

Também as **áreas urbanas obsoletas** são outro tipo de território que tem sido objecto de estudo (zonas industriais, portuárias, ferroviárias ou outras afectas a actividades económicas desactivadas), cujo produto assenta na definição de estratégias de reabilitação e revitalização urbana e ambiental.

O estudo de reconversão urbanística e ambiental da frente ribeirinha do Montijo (abrangendo um território de 157 hectares) é um caso paradigmático deste tipo de intervenção. Enfatizou-se a articulação com a área urbana consolidada e a integração do centro histórico do Montijo na estratégia de ordenamento do Arco Ribeirinho Sul. Esta intervenção consistiu, fundamentalmente, na recuperação de áreas obsoletas, na resolução de problemas de acessibilidade (designadamente pela recuperação do antigo corredor ferroviário, até então desactivado), promoção da qualificação do espaço público e na valorização do património natural.

Outro tipo de intervenções levadas a cabo incide sobre **património relevante** que carece de reintegração no tecido e na vida urbana (muitas vezes património do Estado), com base na concepção e na implementação de programas nacionais, documentos de enquadramento estratégico e programas de acção e gestão integrada de refuncionalização e requalificação. Estes territórios podem, também, desempenhar, pela sua transformação e pela sua integração numa estratégia global mais abrangente, um papel decisivo como catalisadores de requalificação urbana.

A Fortaleza de Sagres é um dos exemplos destes territórios, para o qual, através do desenvolvimento de um projecto de concepção e planeamento global e futuro acompanhamento e gestão da sua implementação e acções de suporte (criação de marca e imagem e promoção de acções de animação cultural e comercial...) se procurou, de forma integrada, promover a sua requalificação e a sua valorização. Os objectivos do projecto assentaram na criação de um centro interpretativo (com recurso às novas tecnologias, conceptualmente centrado na “viagem” e na “navegação”), na reabilitação das estruturas fortificadas e do edificado existente, e na requalificação do espaço público, tendo em vista o desenvolvimento de novas funções necessárias à revitalização do conjunto.



Ainda neste contexto, a Parque Expo foi também promotora do Programa Nacional de Modernização das Escolas, através da preparação do programa nacional de requalificação e modernização do parque escolar do ensino secundário. O programa incluiu o desenvolvimento de acções como a elaboração do conceito/ imagem, o levantamento e a identificação das situações físicas e funcionais das escolas, a identificação da tipologia das intervenções a realizar, e a definição de uma estimativa de custos e respectivo modelo de financiamento e ainda a concepção do programa de execução e respectiva calendarização.

No caso das intervenções que incidem sobre **frentes de água** (zonas costeiras, ribeirinhas, lagoas e albufeiras) procurou promover-se a sua valorização e requalificação ambiental, a partir da resolução ou atenuação de problemas de incompatibilidade entre o uso actual desses espaços e a protecção dos recursos naturais.

O Programa Polis Litoral é exemplo deste tipo de intervenção. Corresponde a um programa nacional de enquadramento do conjunto de operações integradas de requalificação e valorização da orla costeira em espaços de intervenção prioritária, assente numa abordagem multidisciplinar do litoral, que contempla cada uma das diferentes entidades cuja área de actuação incide sobre o território. A intervenção consiste na requalificação ambiental e na renaturalização, procurando conciliar a conservação e desenvolvimento socio-económico da faixa costeira.

A Parque Expo intervém, igualmente, em **novos territórios urbanos** que constituam projectos de importância estratégica nacional ou que, pela sua localização estratégica ou relevância económica, possam vir a assumir um carácter determinante.

Como outros casos à escala municipal, o Estudo de Enquadramento Estratégico para o concelho de Alcácer do Sal procurou definir uma estratégia integrada, de modo a promover a sua valorização e afirmação no contexto regional e nacional, a sua potencialização como destino turístico alternativo, a valorização do património (natural, cultural, arquitectónico e arqueológico) e o incremento da produção agro-alimentar, entre outras.

A par dos projectos nacionais desenvolvidos, a Parque Expo tem vindo a exportar os seus conhecimentos e experiência em **territórios internacionais**, assumindo como

prioridade as intervenções em frentes de água e os projectos de desenvolvimento urbano. A empresa tendo vindo a alargar o seu mercado a novos países, nomeadamente aos países africanos de expressão oficial portuguesa (de que é exemplo Moçambique) e outros países do Norte de África (como Argélia e Tunísia), bem como o Brasil. Constituem possíveis clientes da Parque Expo entidades internacionais, públicas ou privadas, detentoras ou com jurisdição sobre territórios degradados ou sobre territórios com potencial de desenvolvimento.

Neste sentido merece destaque o projecto de desenvolvimento urbano do Recife – Olinda, que consistiu na concepção e implementação de um modelo urbano que, enquadrado no Plano Estratégico da Área Metropolitana do Recife, procurou contribuir para a revitalização dos centros históricos de Recife e Olinda, dando origem a uma nova centralidade.

A capital da Argélia é outro dos territórios internacionais alvo de estudo, através da elaboração do Plano Director de Ordenamento e de Urbanismo da Wilaya de Argel (área administrativa da capital com cerca de 670 km<sup>2</sup>), que tem como principal objectivo a definição de uma estratégia de desenvolvimento da região. Paralelamente ao desenvolvimento do plano, encontra-se em curso a elaboração de vários projectos prioritários de requalificação urbana que, pela sua localização e efeito de contaminação positiva a potenciar, se consideram ser de carácter estratégico para o desenvolvimento deste território africano.

A Parque Expo, empresa certificada, com “olhar” público sobre o território, considera poder dar um forte contributo para o desenvolvimento de outros territórios, pela experiência concretizada no Parque das Nações, no Programa Polis e nos demais projectos, pela vanguarda na intervenção do espaço urbano (intervenções sustentáveis com elevados padrões de qualidade urbana e ambiental) e pelo espírito missão, assente numa equipa pluridisciplinar com elevada capacidade de mobilização e adaptação a novas situações.

Em Cabo Verde, país que espelha visíveis necessidades ao nível do ordenamento do território e com o qual Portugal assume um relacionamento privilegiado, a experiência e capacidade de realização de operações de desenvolvimento urbano da Parque Expo poderão constituir uma vantagem competitiva, nomeadamente através da prossecução

de um adequado planeamento urbano que efective a definição de um modelo de estrutura urbana, contemplando edificado, actividades, infra-estruturas e espaço público.

### **Conclusões**

O Programa Polis foi o maior programa de requalificação feito até à data em Portugal e envolveu um conjunto muito diversificado de acções. A estratégia definida para cada cidade foi estabelecida tendo em vista o reforço da identidade de cada cidade e a sua atratividade, reforçando o seu papel e especificidade no sistema urbano nacional.

Ainda assim, e porque existiam problemas transversais às cidades intervencionadas, ao promover de forma sistemática a integração técnica das dimensões urbanística e ambiental das acções desenvolvidas foram alcançados resultados bastante positivos que se traduzem em indicadores físicos globais que pela sua expressividade importa realçar:

- Assumindo a relevância que o planeamento tem na estruturação do território, foram desenvolvidos 75 Planos de Pormenor ou Planos de Urbanização, todos eles sujeitos a discussão pública.
- Apostando na vertente ambiental e na importância que o património ambiental tem na vivência das cidades, foram criados ou recuperados mais de 5 milhões de m<sup>2</sup> de áreas verdes, desenvolvidos projectos ao longo de 17 km de frentes de mar, requalificados mais de 80 km de frentes de rio e criados cerca de 110 km de ciclovias.
- A valorização patrimonial das cidades implicou a requalificação de cerca de 2,5 milhões de m<sup>2</sup> de espaço público e, dando primazia às pessoas em detrimento do automóvel, implicou também o ordenamento do estacionamento através da criação de 24 000 novos lugares e a pedonalização de cerca de 230 000m<sup>2</sup> de praças e arruamentos.

Este programa consistiu num embrião de uma política de cidades, que foi mais tarde consolidada no Programa Polis XXI

### **Bibliografia**

CCE, 2006 – *Comunicação ao Conselho e ao Parlamento Europeu relativa a uma Estratégia Temática sobre Ambiente Urbano*. Comissão das Comunidades Europeias. Bruxelas.

CCE, 1993 – *Em direcção a um desenvolvimento urbano sustentável. Um programa da Comunidade Europeia de política e acção em matéria de ambiente e desenvolvimento sustentável.* Comissão das Comunidades Europeias. Bruxelas

CCE (1990) - *Livro Verde sobre o Ambiente Urbano.* Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento. Comissão das Comunidades Europeias. Bruxelas

IPAMB, 1993 – *Agenda 21* - Documentos da conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e Desenvolvimento

MEPAT (1999) - *Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social 2000-2006.* Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional. Lisboa

Correia, F.N.; Cruz, J.B.; Martins, R.B.; Liberato, P. ; Morbey, L., 2000. – *Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades.* Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território. Lisboa.

DGOTDU, 1997 – *Sistema Urbano Nacional – Cidades médias e dinâmicas territoriais.* Direcção Geral do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Urbano. Lisboa.

Félix Ribeiro, J.M., 1999 – *Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades – Contributo para a reflexão.* Texto elaborado para a reunião de reflexão sobre o Programa Cidades realizada em 18 de Dezembro de 1999. Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território. Lisboa

Ferreira, S.B., 2007 – *O Programa Polis e a componente ambiental: três abordagens de integração.* Parque Expo'98. Lisboa.

Pires Soares, N. – *Uma População que se urbaniza - Uma leitura 'clássica' do sistema urbano nacional.* Atlas de Portugal  
<http://www.igeo.pt/atlas/>